



A INTERFACE ENTRE AS HISTORIOGRAFIAS FRANCESA E INGLESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A TEORIA CONSTRUTIVISTA

THE INTERFACE BETWEEN FRENCH AND ENGLISH HISTORIOGRAPHIES OF INTERNATIONAL RELATIONS AND THE CONSTRUCTIVIST THEORY

Mariana de Freitas Montebugnoli¹

RESUMO

O objetivo desse ensaio consiste em formular uma construção histórico-teórica que perpassa as historiografias francesa e inglesa das relações internacionais e a teoria construtivista, procurando estabelecer os “pontos de contato” entre essas tradições historiográficas e o construtivismo. O trabalho se divide em cinco partes. A primeira, introdução, resgata o diálogo entre teoria e história como forma de contextualizar a análise proposta. A segunda parte faz um breve resumo dos principais pressupostos da teoria construtivista. A terceira e a quarta parte se dedicam à descrição e à análise das historiografias francesa e inglesa, respectivamente, enfatizando suas principais contribuições e os conceitos específicos que permitem as intersecções com a teoria construtivista. Na última parte, são feitas algumas considerações finais. O trabalho foi realizado com base no levantamento bibliográfico das principais obras dessas correntes intelectuais e/ou dos artigos que versam sobre essa temática.

Palavras-chave: Historiografia francesa. Escola inglesa. Construtivismo.

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado das diferenças nas estratégias adotadas por historiadores e cientistas sociais para o estudo dos fenômenos – assuntos, abordagens, explicações e métodos distintos. De acordo com Jack Levy (2001, p.40), essas diferenças podem ser sintetizadas da seguinte forma: historiadores focam primordialmente no passado, buscam entender eventos únicos e circunscritos a determinados tempo e espaço², priorizam as interpretações complexas, constroem narrativas baseadas em explicações e são mais implícitos com relação aos “caminhos de pesquisa” adotados em suas investigações. Em contrapartida, os cientistas políticos, geralmente, elaboram predições teóricas sobre o futuro, buscam construir generalizações e teorias que sejam aplicáveis a outras realidades, focam nas explicações causais, constroem teorias baseadas em explicações e são explícitos com relação a suas suposições teóricas e seus argumentos causais.

Essa distinção quanto aos procedimentos investigativos, somada aos caminhos percorridos no desenvolvimento das disciplinas, contribuíram para formação de “estereótipos” de incompatibilidade e, até mesmo, de hierarquização entre as duas áreas. Em determinado

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Professora de Relações Internacionais da Universidade do Sagrado Coração (USC). E-mail: mari.montebugnoli@gmail.com.

² Nas palavras de Duroselle (2000, p. 21), essa especificidade é o que distingue o “fenômeno” do “acontecimento”. “O fenômeno é objeto da ciência em geral. É percebido pelos nossos sentidos, direta ou indiretamente (...). O acontecimento é um fenômeno, pois é igualmente objeto de estudo. Porém ele é datado e, conseqüentemente único”.

momento da história recente e embaladas pela onda *behaviorista*, as abordagens científicas sociais reivindicaram um status superior na escala científica, enfatizando o rigor teórico e metodológico como critérios essenciais para a afirmação da disciplina.

Em defesa das abordagens históricas, Gaddis (1996, p. 45) reforça a necessidade de enxergar as *Ciências* para além de uma concepção reducionista, estática e que se pretenda universal em suas aplicações. A despeito de os cientistas políticos se orgulharem de seu rigor metodológico, é preciso entender que os historiadores operam diferentemente e isso não implica a desvalorização do campo. “For in history too, multiple causes intersect, time passes, patterns coexist with singularities, quantification is not required, and explanation is far more precise – and more reliable – than forecasting” (GADDIS, 1996, p. 39).

No campo das Relações Internacionais, os estudos podem objetivar a “explicação” ou o “entendimento” dos fatos. Enquanto no primeiro busca-se a identificação das causas de determinado fenômeno ou estado de coisas, no segundo, a intenção é buscar uma melhor definição dos fatos. Nesse sentido, o tipo de abordagem privilegiada varia de acordo com o objetivo e não devido a uma superioridade de uma ou de outra. “While some scholars of international relations are engaged in constructing theories which will forecast events in the international arena, others carefully sift through historical documents in order to piece together an understanding of events gone by” (WOODS, p. 28).

Apesar desse histórico de contraste e até mesmo de disputa entre as áreas, muitos autores tem buscado estabelecer o diálogo entre “teoria” e “história”, enfatizando a importância da associação, da complementaridade e do maior “dinamismo dialético” entre elas (SARAIVA, 2009, p.12). É preciso superar esse “diálogo de surdos” e entender que assim como o historiador se beneficia da abstração teórica através da aplicação de conceitos, o teórico assume papel de historiador ao reunir os elementos empíricos para suas hipóteses.

Em seu trabalho “*A History of International Relations Theory*”, Knutsen (1997) reforça o “plano de cooperação” entre as duas áreas, enfatizando que todas as teorias são pautadas na realidade objetiva das relações humanas e, por isso, possuem uma sustentação histórica. Ao observar e analisar o comportamento dos Estados a partir de vários acontecimentos, o autor afirma o método histórico como base necessária para evolução dos conceitos no estudo das Relações Internacionais. Segundo ele, esse reconhecimento do papel da história minimiza a pretensão teórica de construir algo genuinamente novo.

Nesse sentido, as representações teóricas tradicionais e contemporâneas das Relações Internacionais trariam em si as contribuições das correntes de pensamento geradas pela historiografia. O intuito de traçar os paralelos entre as historiografias francesa e inglesa e a teoria construtivista das Relações Internacionais é mostrar que elaborações teóricas construtivistas do início dos anos de 1990, de forma geral, possuem correspondentes conceituais outrora formulados pelas respectivas historiografias.

Um dos autores que se debruçou sobre o trabalho de relacionar a História às diversas teorias de Relações Internacionais, dentre elas o Construtivismo, foi Robert Frank. Conforme será visto no decorrer do presente artigo, o exercício a que o autor se propõe no segundo capítulo do seu livro *Pour l’histoire des relations internationales* (2012) consiste exatamente em mostrar a importância das análises e formulações históricas para entender a origem, o desenvolvimento e os desafios que permeiam as teorias de Relações Internacionais.

2 A TEORIA CONSTRUTIVISTA

O termo “construtivismo” foi utilizado pela primeira vez por Nicholas Onuf em sua obra *“World of our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, publicada em 1989. Como teoria³, o construtivismo desenvolveu-se no campo das Ciências Sociais – e das Relações Internacionais – no final da década de 1980 e durante os anos 90, ao afirmar a importância das ideias e dos valores para análise dos eventos sociais. Entre os principais autores que contribuíram para a afirmação do construtivismo estão: Nicholas Onuf, Friedrich Von Kratochwil, Alexander Wendt, Karen Fierke, Maja Zehfuss e Martha Finnemore.

De acordo com Wendt, os dois princípios básicos do construtivismo se resumem em considerar que as estruturas de associação humana são determinadas não só pelas forças materiais, mas, sobretudo, pelas ideias compartilhadas; e que as identidades e os interesses dos atores se constroem muito mais a partir dessas ideias compartilhadas do que pela natureza dos atores (WENDT, 1999, p.1). Em outras palavras, a preocupação central dos construtivistas está em entender as dinâmicas que conduzem a formação dos “fatos sociais” – entendidos como as considerações que não possuem realidade material, mas que existem devido à concordância social sobre sua existência, como o “dinheiro”, o “direito” e a “soberania” – e a influência por eles exercida na vida social.

Apesar de o Construtivismo estar longe de ser considerado um corpo teórico monolítico e homogêneo – sua ampla categoria abrange desde a abordagem de base positivista de Wendt até as abordagens mais críticas fortemente influenciadas pela Virada Linguística, como as de Onuf e Kratochwil –, a ênfase dada ao papel dos valores, das ideias e das crenças intersubjetivas para além das causas unicamente materiais constitui o elemento central e comum entre os autores. A partir desse pressuposto central, muitos desdobramentos são possíveis, o que leva à formação de uma ampla agenda de pesquisa de base construtivista. Levando em consideração que o objetivo desse ensaio não consiste em uma descrição acurada da teoria, mas no relevo de seus aspectos-chave que evidenciem as interseções com as referidas produções historiográficas, apontar-se-ão apenas os delineamentos teóricos e epistemológicos mais relevantes para esse fim.

Por se propor uma corrente de pensamento baseada na Teoria Social, o construtivismo enfatiza a visão societária sobre a política mundial, ou seja, as relações internacionais se processariam não apenas no ambiente do sistema internacional, mas também no ambiente da sociedade internacional, a qual se constrói a partir de normas e regras. Além de enfatizar a sociedade internacional como uma realidade socialmente construída – inteiração constante entre ambiente interno e externo – os construtivistas retomam o debate das normas e do direito, trazendo-o para o centro das Relações Internacionais (WOODS, 1996, p. 26).

Conforme apontado por Finnemore e Sikkink (2001), as pesquisas com foco construtivista em Relações Internacionais têm trabalhado temas como as normas globais versus efeitos locais⁴; as relações entre ideia/poder e identidade/ação estatal; os mecanismos e processos das construções sociais, o que inclui o estudo das organizações internacionais, das

³ Não há consenso entre os autores em considerar o construtivismo como uma “teoria”. Para alguns eles seria mais bem definido como uma abordagem, uma metodologia ou ainda uma “metateoria” (Knud Erik e Jorgensen), à medida que contribuiu para o debate pós-positivista ao questionar o próprio conceito de teoria e a maneira de se fazer ciência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 165).

⁴ As estruturas formadas pelas normas e pelos entendimentos sociais influenciam os agentes e são influenciados por eles: noção de agente e estrutura mutuamente constituídos.

leis, das comunidades epistêmicas e dos recursos de fala, argumento e persuasão. Já no âmbito da Política Comparada, o construtivismo tem trazido contribuições às análises sobre mudanças políticas, cultura política, teoria dos movimentos sociais e estudos de identidade e etnicidade.

De forma complementar, as noções de “nacionalismos” e “identidade nacional”, vistas como construções sociais produzidas a partir de crenças intersubjetivas distintas e inseridas em determinado tempo e espaço, também ganham espaço nos estudos construtivistas. Ao prezar pelos aspectos intersubjetivos tanto individuais, quanto compartilhados, os construtivistas reforçam a importância do papel dos entendimentos e da coletividade sobre a vida social.

Se por um lado essa visão da consciência intersubjetiva aplicada ao sistema internacional leva à reflexão de que o sistema em si constitui-se uma criação humana intelectual e idealizada, por outro, assume-se o caráter de mutabilidade da estrutura, já que mudanças no campo dos pensamentos e ideias nas relações internacionais conduziram a mudanças no sistema (JACKSON; SORENSEN, 2007, p. 341).

Com relação às diretrizes epistemológicas, vale ressaltar que os construtivistas tendem a concordar que não há instância capaz de produzir um conhecimento científico neutro acerca do mundo e que o trabalho desempenhado pela pesquisa acadêmica é muito mais de “interpretação” do que propriamente de “explicação”. No entanto, enquanto os “construtivistas pós-modernos” rejeitam qualquer tentativa de produção de um conhecimento objetivo, os “construtivistas modernos” defendem que a premissa de que todo conhecimento é fruto de interpretação não implica na consideração de que todas as interpretações sejam iguais. Para eles, é possível produzir explicações que sejam logicamente e empiricamente mais plausíveis do que outras (FINNEMORE; SIKKINK, 2001, p. 395).

Nesse sentido, apesar de os autores dessa última linha buscarem uma explicação mais científica⁵, a maioria dos construtivistas não se propõe a construir uma ciência social que possua capacidades explicativas e preditivas. Para esses, o foco nas ações intersubjetivas reforça necessariamente o aspecto de mutabilidade e imprevisibilidade da teoria, dificultando a produção de previsões específicas passíveis de serem testadas pela Ciência Social.

Esse breve resumo de alguns dos pressupostos centrais da teoria construtivista servirá de base para as análises seguintes sobre os possíveis “pontos de contato” entre essa teoria e as historiografias francesa e inglesa das relações internacionais. É válido mencionar que muitos autores já se debruçaram sobre o trabalho de traçar as semelhanças e interseções entre o construtivismo e a chamada escola inglesa. Alguns chegam, inclusive, a considerar a escola inglesa como precursora do construtivismo, ou até mesmo uma forma de construtivismo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 169). No entanto, a análise mais cuidadosa de algumas das literaturas clássicas da historiografia francesa mostra que essa corrente historiográfica também formulou muitos conceitos capazes de dialogar com a proposta construtivista.

3 A HISTORIOGRAFIA FRANCESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A revolução epistemológica inaugurada pelas obras de Pierre Renouvin, na França, ainda nas primeiras décadas do século XX, fez com que os estudos históricos que focavam as relações entre os Estados passassem a olhar para além da História diplomática até então preponderante. A preocupação dos historiadores franceses que se ocupavam dos estudos

⁵ Alexander Wendt pode ser considerado o principal representante dessa vertente (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 178).

internacionais se restringia até por volta de 1914 às análises dos documentos oficiais da diplomacia, dos gestos e decisões governamentais e, na medida do possível, das intenções que levavam a essas iniciativas.

Todavia, conforme apontado por Renouvin, o melhor entendimento das relações internacionais viria com a superação da dimensão político-burocrática e da noção de uma história estritamente “eventual”. O autor apontava a essencialidade de misturar essa primeira com uma história de caráter mais “estrutural” e que também abarcasse o estudo da psicologia coletiva. Dessa forma, as relações internacionais seriam vistas a partir de uma visão mais societária, que analisasse o impacto das “forças profundas” sobre as sociedades humanas e priorizasse a história entre os povos.

Les nouvelles tendances de la recherche historique, qui ont mis l'accent sur l'étude de la vie matérielle ou spirituelle des sociétés humaines, ont suggéré, dans le domaine des relations internationales, une tout autre orientation. Dans cette perspective, les rapports entre les gouvernements cessent d'être le centre d'intérêt; ce qui importe, c'est l'histoire des rapports entre les *peuples* (RENOUVIN, 1953, p.10).

Outros nomes de destaque da Escola Francesa são Jean-Baptiste Duroselle e René Girault, ambos fortemente influenciados pelas ideias renovianas. Além de escrever, juntamente com Renouvin, a obra “*Introduction à l'histoire des relations internationales*” (1964), a qual teve sua primeira versão em português já em 1967, Duroselle publicou a obra que se tornaria um clássico dentro da literatura de Relações Internacionais, “*Todo império perecerá*”. Sua proposta de analisar as relações internacionais a partir das categorias explicativas das “finalidades” e das “causalidades”, bem como seus movimentos e intersecções, foi na contramão dos estudos produzidos à época, sobretudo norte-americanos, que reproduziam em suas produções a lógica da Guerra Fria – abordavam os temas internacionais a partir de antinomias.

René Girault, assim como Renouvin e Duroselle, foi considerado um grande historiador das relações internacionais e se ocupou, entre outros intentos, em investigar o papel das forças econômicas sobre a política exterior. Além do trabalho junto ao Comitê de Ciências Históricas e da publicação de obras relevantes para a historiografia francesa, como *Histoire des relations internationales*, Girault deu continuidade ao trabalho institucional de Renouvin e Duroselle, ao dirigir o Instituto Pierre Renouvin, contribuindo para a afirmação do campo de estudos da História das Relações Internacionais e da tradição acadêmica da escola francesa (SARAIVA, 1999, p. 172).

Cabe ainda mencionar a rica contribuição de Robert Frank, através de sua obra *Pour l'histoire des relations internationales*, lançada em 2012 pela editora Presses Universitaires de France. O autor, além de fazer uma releitura de alguns dos conceitos cunhados pelos seus antecessores, traz apontamentos conceituais próprios, lançando novos olhares sobre a forma de escrever a história das relações internacionais.

3.1 OS CONCEITOS PRINCIPAIS E AS SEMELHANÇAS COM A TEORIA CONSTRUTIVISTA

Começando com as obras de Renouvin (1953), considerada uma síntese de toda sua reflexão teórica, e de Renouvin e Duroselle (1964), dois aspectos podem ser apontados: o conceito de “forças profundas” e a importância dada ao papel da psicologia coletiva.

As “forças profundas” são influências capazes de orientar o curso das relações internacionais. Elas exercem influência sobre os homens de Estado, responsáveis pela tomada de decisão, mas também são influenciadas por eles. Elas têm o poder de moldar o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, determinar o caráter dessas relações (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 6). Elas se subdividem em dois tipos: as forças materiais, como fatores geográficos, forças econômicas e questões financeiras, e as forças imateriais, como as migrações, o sentimento nacional e os nacionalismos. É precisamente na análise dessas últimas que a relação com as ideias construtivistas fica mais evidente.

Os autores consideram as migrações como um aspecto de relevo para o estudo das relações internacionais. Fenômenos como o “superpovoamento” e as “pressões demográficas” variam de acordo com o tempo e com o estado das mentes coletivas. Nesse sentido, não é possível examinar as forças demográficas dissociadas de seu contexto econômico, político e psicológico (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 71).

A formação sentimento nacional tem na “mentalidade coletiva” como um de seus fatores determinantes; é o que Renouvin e Duroselle chamam de “solidariedade de grupo”. Quando a consciência coletiva se manifesta em agrupamentos humanos vastos, esboça-se um sentimento nacional.

No estudo das relações internacionais, a todo instante o historiador, como também o observador dos fatos contemporâneos, encontram manifestações de ideias ou de emoções coletivas que se desenvolvem no seio de uma comunidade humana, cujos membros têm consciência da solidariedade de interesses ou de tradições que os une (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 180).

Assim como sentimento nacional, os nacionalismos também são pautados de acordo com as mentalidades coletivas. Para os autores, além de os nacionalismos serem influenciados por fatores econômicos, eles também são formados com base nos temperamentos (característica difícil de ser estudada), nas ideologias políticas e sociais (ideias preconcebidas e opiniões implícitas) e no sentimento religioso (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 239-247).

Portanto, é exatamente na análise das forças imateriais, as quais se constituem a partir de sentimentos, mentalidades e fatores psicológicos que se encontra uma das vertentes de explicação do transcurso das relações internacionais. Em outras palavras, para entender as relações internacionais é preciso olhar para além das condições materiais, tentando em compreender, no campo das ideias coletivas (compartilhadas), o sentimento nacional, as imagens que cada povo tem do seu vizinho, o comportamento diante da ameaça de guerra, etc.

Passando para a obra de Duroselle, *Todo Império Perecerá* (2000), é possível encontrar o desdobramento do conceito de “forças profundas” de Renouvin na categoria explicativa do “sistema de causalidades”, além de outros conceitos que enfatizam viés societário das relações internacionais como o sentimento do “insuportável” e o dilema da “eficácia versus a dignidade humana”.

Conforme já salientado no início do tópico, a proposta de Duroselle nessa obra consiste em analisar as relações internacionais a partir dos sistemas de “causalidades” e “finalidades”. Enquanto o primeiro diz respeito às forças profundas e organizadas geradas pelas coletividades humanas em todas as suas dimensões – relações econômicas, sociais, culturais, ideológicas –, o segundo se refere às ações dos homens de Estado, os quais

formulam seus cálculos estratégicos baseados em objetivos, meios e riscos (DUROSELLE, 2000, p. 99).

Da mesma forma que as causalidades influem sobre a conduta dos homens de Estado, as finalidades, ligadas às motivações individuais, podem causar alterações nas forças que operam no sistema. A interação entre as categorias explicativas durosellianas se aproxima da premissa construtivista de negar a antecedência ontológica tanto para os agentes, quanto para as estruturas, considerando-os como elementos mutuamente constituídos.

Ao introduzir uma terceira categoria que corresponde ao elemento dinâmico das relações internacionais, o “movimento”, representado pelos conceitos de “onda”, “criação” e “inovação”, Duroselle assume que o sistema internacional não é estático e está em constante alteração. Além disso, essa fluidez que caracteriza o cenário internacional é identificada também pelo autor ao se referir aos atos políticos do Estado, apontando que não há limites claros entre a política interna e externa do país – “tudo ato que visa ao exterior tem um aspecto interno” (DUROSELLE, 2000, p. 57).

A “consciência do insuportável”, a qual o autor se refere ao discorrer sobre as regularidades do sistema internacional, se define como sendo um estado limite a que se chegam os indivíduos que não estão mais dispostos a aceitarem a estabilidade da estrutura vigente. Em outras palavras, o autor atribui uma força invisível e imaterial às populações que, devido ao grau de infelicidade e insatisfação em que se encontram, são capazes de “arriscar suas próprias vidas para obter mudanças” (DUROSELLE, 2000, p. 365). Esse conceito já havia sido esboçado em seus escritos anteriores com Renouvin, quando os autores falavam da importância de os homens de Estado agirem sobre as forças profundas da mentalidade coletiva. Apesar de eles terem certo controle sobre as forças profundas, esse controle não é absoluto, pois, diferente das circunstâncias que envolviam os monarcas do Antigo Regime, há um crescente movimento de “tomada de consciência” das massas com relação às responsabilidades do Estado (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 434). Nesses dois casos, fica clara a consideração da dimensão societária – para além do Estado – na análise do internacional e ainda a força propulsora intrínseca às psicologias coletivas, as quais precisam ser consideradas no “jogo de forças” que atuam no sistema internacional.

Outra questão levantada por Duroselle é o dilema “eficácia *versus* dignidade humana”, considerada a lógica fundamental para entender a ascensão e o declínio dos “impérios” – esses sendo vistos como “fenômeno” e não como as formações específicas que caracterizaram a Idade Antiga. Basicamente, o dilema vai propor que todo homem, individualmente ou em comunidade, busca através do seu espírito criador atingir a maior eficiência possível em seus feitos e ações. Em contrapartida, esse mesmo homem, fará de tudo para alcançar as condições que o proporcionem o mais alto nível de dignidade humana. Todavia, conforme aponta Duroselle, há uma relação inversamente proporcional entre os dois princípios (2000, p. 95).

Sendo assim, transpondo para o nível das potências, a busca pela máxima eficácia pode levar os Estados a atingirem status de relevância no cenário internacional; no entanto, chegará um momento, em que as populações inevitavelmente mover-se-ão em busca por uma maior “dignidade humana” e, como não há controle sobre essas forças, tendo em vista que são características da natureza humana, os impérios caminharão para a destruição. Vê-se, portanto, que fatores materiais (máximo eficácia) contrastam com fatores subjetivos (felicidade e dignidade humana) e a importância das ideias, dos sentimentos e das paixões coletivas mais uma vez é ressaltada.

Há ainda alguns conceitos importantes da historiografia francesa encontrados em literaturas mais recentes, como a já mencionada obra de Rober Frank, publicada em 2012.

Nela o autor se dedica, entre outros intentos, a rever as produções de Renouvin e Duroselle, indicando alguns pontos de vitalidade de suas tradições e outros que precisariam ser revistos, como a centralidade concedida ao conceito de Estado-nação⁶. Além disso, o autor traz, através de conceitos e observações, suas próprias contribuições para a área de História das Relações Internacionais.

Com relação ao conceito de “forças profundas”, Frank acrescenta a categoria das “forças espirituais”, a qual levaria em consideração, além das mentalidades coletivas, as práticas e as criações culturais outrora negligenciadas (2012, p. 345). Para o autor, a “opinião pública” vista como uma das formas de atuação da sociedade civil no sistema internacional nada mais é do que um produto das forças profundas: “voilà donc l’opinion public considérée comme un simple “reflect”, une résultante superficielle et conjoncturelle de forces plus profondes, de forces psychologiques réputées plus établies, como lês attitudes mentales durables, tels nationalisme ou pacifisme” (2012, p. 349). Uma dimensão ampliada do conceito tradicional resultaria no que Frank chamou de “dynamique”, que frisa a necessidade de se pensar as relações internacionais a partir de suas dinâmicas transversais.

A dimensão cultural é amplamente trabalhada no capítulo 16 de sua já citada obra “*Pour l’histoire des relations internationales*”, em que o autor reforça a ideia que o processo de aproximação entre os povos passaria, necessariamente, pelo reconhecimento da diversidade cultural entre eles. Nesse contexto, Frank reforça a importância da comunicação, da linguagem e das percepções na constituição da “imagem do outro”. Ao afirmar que a maneira de se emitir uma ideia ou informação nem sempre é igual a maneira como ela é recebida socialmente, Frank considera, assim como alguns construtivistas críticos, a importância dos “atos de fala” no entendimento das realidades observadas – não transmitem apenas uma mensagem, mas expressam uma ação em si. “En relations internationales, leur problématique des “forces profondes” lês a poussés à mesurer le poids des mentalités, des stéréotypes et des imaginaires sociaux qui peuvent fausser la perception des réalités” (2012, p.72-73).

Por fim, o autor aponta em que medida os conceitos por ele delineados, bem como as contribuições dos autores que o antecederam, podem se relacionar com as teorias construtivistas e pós-modernas. Para ele, o foco dado pela historiografia francesa às identidades coletivas, à abordagem social e cultural e suas respectivas condicionalidades e influências exercidas, só reafirma o pressuposto construtivista de que não há uma realidade pronta, mas que ela é sempre produto da construção social. “Tout dépend du contexte, des cultures, des règles, des normes, des jeux sociaux et des codes qui l’emportent ou non, du sens que chacun donne à son identité individuelle par rapport à la dynamique de groupe du moment” (FRANK, p. 72). O autor conclui dizendo que, em essência, todos os historiadores são construtivistas, mesmo que eles não saibam.

4 A ESCOLA INGLESA

A historiografia inglesa das relações internacionais, também chamada “escola inglesa”, “escola clássica”, “escola racionalista” ou “sociedade internacional” começou a ser delineada no final da década de 1950, no âmbito do Comitê Britânico para a Teoria da Política

⁶ Para Frank, a diversificação dos fluxos transnacionais, através das firmas multinacionais, da emergência da sociedade civil, do desportar de novas ideologias, fez com que uma série de correntes transnacionais passassem a ser consideradas para além do Estado (2012, p. 75).

Internacional, cujo objetivo era investigar as questões fundamentais da teoria internacional. Seus estudos focados na análise da natureza da sociedade internacional é reconhecidamente a grande contribuição da Escola Inglesa para as relações internacionais (DUNNE, 1989, p.10).

Além do viés societário como foco central de suas análises, as produções eram marcadas pela interdisciplinaridade e pelo pragmatismo. As temáticas da justiça, da ordem, da soberania estatal, dos Direitos Humanos foram priorizadas, sob uma abordagem histórica e normativa das relações internacionais. Para os autores da Escola Inglesa, o estudo das ideias e das ideologias é fundamental e, particularmente, o conceito de “sistema internacional” e “sociedade internacional” ganham espaço privilegiado nas análises.

Alguns dos nomes de destaque da Escola Inglesa: Edward H. Carr, Martin Wight, Hebert Butterfield, Hedley Bull, Adam Watson, John Vicent, Alan Milward e Tim Dunne. Dentre esses, Wight pode ser considerado o pai da tradição, não só pelo seu pioneirismo na adoção de uma abordagem interpretativa das relações internacionais, mas por trazer a “ética” para o centro da pesquisa teórica (DUNNE, 1989, p. 9). Nas palavras de Saraiva, Wight é considerado o ‘*godfather*’ da escola inglesa por superar o debate travado entre realistas e idealistas à época da Guerra Fria, separar a teoria e história das relações internacionais da teoria política clássica e inaugurar a análise acerca do sistema de Estados (SARAIVA, 2006, p. 135).

Roy Jones em seu famoso artigo “*The English school in International Relations: a case of closure*” critica a falta de rigor intelectual da escola inglesa, chegando a dizer que suas contribuições eram “estéreis”. Em resposta, Dunne argumenta que a escola não é estéril e que, diferente das outras abordagens das relações internacionais, não se mostrou vulnerável às mudanças advindas do fim da Guerra Fria e aos desafios impostos pelas correntes “reflexivistas” (DUNNE, 1989, p. 63). Apesar de sua maior aproximação com as teorias *mainstream* das relações internacionais, sobretudo a obra “Vinte anos de Crise (1919-1939)” de Carr, a Escola inglesa não ser reduzida a nenhuma dessas abordagens – nem ao racionalismo realista, nem ao liberalismo neoinstitucional. Conforme apontado por Saraiva (2006, p. 133), é preciso reforçar o campo ontológico próprio da escola inglesa, representado pela aplicação de conceitos de meios-termos (*middle-course*) na análise das várias questões teóricas e práticas que permeiam as relações internacionais.

A respeito das intersecções entre a teoria construtivista e a Escola Inglesa, é consenso entre os estudiosos da área que nítidas conexões podem ser apontadas, sugerindo para alguns, inclusive, uma linha de continuidade entre as abordagens.

After long period of neglect, the social (or societal) dimension of international system is being brought back into fashion within International Relations by the upsurge of interest in constructivism. For adherents of English school, this dimension was never out of fashion (BUZAN, 2004, apud DEVLEN; JAMES; ÖZDAMAR, 2005, p. 171).

Em alguma medida, teóricos construtivistas norte-americanos como Ruggie, Onuf e Wendt bem como europeus, como Weaver, Kissilewski e Jorgensen seguem, de forma explícita ou implícita, uma linhagem de problemas cognitivos sugeridos pelos autores clássicos da Escola Inglesa (SARAIVA, 2006, p.133).

Alguns dos autores que se debruçaram sobre o trabalho de traçar essas conexões foram: Buzan (2004), Tim Dunne (1998), Richard Little (2000), Nicholas Wheeler (2000) e Christian Reus-Smit (2002) (DEVLEN; JAMES; ÖZDAMAR, 2005 p. 172).

Sendo assim, nessa quarta parte, além de apontar algumas considerações dos autores da escola inglesa que permitem essa interpretação, será dada ênfase específica às análises feitas por Tim Dunne em sua obra *Interventing international society: a history of English school*.

4.1 A ESCOLA INGLESA E A TEORIA CONSTRUTIVISTA

O primeiro autor que merece ser destacado e o mais controverso é Edward Carr. De acordo com Dunne, Carr foi considerado a “voz dissidente” entre os autores da escola inglesa por se aproximar em seus escritos das premissas realistas, as quais ganharam força no pós Primeira Guerra Mundial. Em sua clássica obra “Vinte anos de crise (1919-1939)”, Carr formula fortes críticas à corrente do idealismo e da teoria da “paz democrática” e critica a associação entre moral e política. “If Carr is the dissident voice, the ‘Twenty Years Crisis’ is the dissident work of the English School” (DUNNE, 1989, p.13).

Segundo Carr (2001, p.189-191), dois fatores que tornam difíceis situar o lugar da “moral” na política são a dificuldade em uma definição clara do conceito de moral e a discordância existente com relação ao nível ao qual se aplica – estatal ou individual. Além disso, o autor traz à tona outro debate que diz respeito à relação entre direito e a política internacional. Para ele o direito não existe dissociado da comunidade internacional, que irá buscar um consenso mínimo que o sustente (2001, p. 231). Nessa leve consideração acerca da “comunidade internacional” o autor se aproxima dos demais autores.

Já Martin Wight em sua obra “A política do poder” enfatiza como as políticas de poder podem ser alteradas dependendo da concepção que se tem sobre “sociedade internacional”. Para ele, os Estados são as representações em última instância dos indivíduos, ou seja, esses podem ser considerados membros fundamentais da sociedade internacional. Esse viés societário começa a ser delineado em Wight, mas será desenvolvido com maior consistência com Hedley Bull.

Uma evidência clara da existência da sociedade internacional é a existência do direito internacional, o qual precisa ser densamente considerado nos estudos internacionais. Wight rejeita a concepção de relações internacionais que se ocupa exclusivamente com os cálculos de força.

Seria insensato supor que os estadistas não se deixam levar por considerações de direito e justiça, e que as relações internacionais são governadas exclusivamente pela força. É mais prudente, porém, começar a partir do reconhecimento de que a política do poder está sempre inexoravelmente sendo aproximada à ‘política do poder’ no sentido imoral (WIGHT, 2002, p.8).

Ao negar essa premissa claramente realista e enfatizar a necessidade do desenvolvimento de uma “consciência social internacional”, que se materializaria através do direito, Wight se aproxima da abordagem construtivista.

Seu predecessor, Hedley Bull, em sua principal obra “A sociedade anárquica” busca conciliar dois conceitos que aparentemente são contrastantes: “sociedade” e “anarquia”. O primeiro traz a ideia do compartilhamento de interesses e valores, e o segundo sem, necessariamente, significar o “caos”. O sistema internacional seria composto pela junção desses dois conceitos, ou seja, é o ambiente internacional composto por Estados soberanos, sem uma autoridade suprema, mas que se relacionam de acordo com determinada “ordem”.

Bull procura mostrar como a sociedade internacional do Ocidente começa aos poucos evoluir para um conceito mais amplo de sociedade internacional global, abarcando um maior grau de valores e objetivos compartilhados. Ao frisar a importância dos valores e interesses compartilhados e das instituições comuns para a construção de uma sociedade internacional mais estável, Bull, ao contrário do que possa parecer, reitera a máxima construtivista de acreditar que as mudanças ocorrem primeiramente no campo das ideias.

De acordo com Stanley Hoffmann (1990 apud DEVLEN; JAMES; ÖZDAMAR, 2005, p. 182):

Gilpin attributes change in international affairs to the rise and fall of hegemonic powers, whereas for Waltz it results from shifts in the distribution of power among states. However, Bull had an interest in the cultural change that shapes perceptions of different common interests in a context of coexistence and cooperation. This emphasis within the English School, as manifested by Bull's focus on culture, explains the School's appeal to constructivists. The English School and constructivism are linked by an emphasis on the power of ideas to affect change.

Segundo a análise feita por Tim Dunne (1989, p. 187-189), é possível apontar três razões pelas quais a escola inglesa pode ser considerada construtivista – lembrando que aqui está se falando de um construtivismo “wendtiniano”. Em primeiro lugar, segundo Dunne, Wight, Bull e Vicent claramente apontam o Estado como ator central nas relações internacionais; a identidade do Estado firmada no conceito de soberania não tem significado fora das práticas e ideias que permeiam a sociedade de Estados. Em segundo lugar, a escola inglesa trabalha com os conceitos-chave das Relações Internacionais, como “guerra” e “balança de poder”, considerando-os como ideias, percepções e não restringindo a elementos materiais. Em terceiro, ao frisar os impactos da globalização sobre as identidades locais e regionais, os autores da escola inglesa reforçam a importância das temáticas culturais e identitárias, tão caras aos autores construtivistas. Uma evidência é a obra de Watson e Bull *The Expansion of International Society*, de 1984.

Outro apontamento importante diz respeito às aproximações metodológicas. A escola inglesa rejeita as premissas *behavioristas* e reconhece, assim como os construtivistas, que as teorias nunca são neutras. Para Dunne (1989, p. 16), esse é o motivo pelo qual a escola não teve muito impacto na comunidade de Relações Internacionais norte-americana nas décadas de 1960 e 1970. Esse afastamento das bases positivistas e o entendimento das relações internacionais por um viés mais interpretativo contribuem para a convergência das abordagens.

Como última consideração é válido mencionar que, apesar de muitos autores apontarem as conexões entre Escola Inglesa e o construtivismo, sobretudo no que diz respeito à preocupação mútua com as dimensões sociais no sistema internacional, e esses estudos já estarem bem avançados, atualmente tem havido um esforço contrário dedicado a mostrar que, a despeito das semelhanças, há muitos elementos de distinção entre as abordagens (DEVLEN; JAMES; ÖZDAMAR, 2005, p. 172). Para Reus-Smit, a melhor maneira de enxergar o construtivismo e a escola inglesa é considera-los como duas tradições separadas, ricas e diversificadas, entre as quais se podem estabelecer determinadas conexões, mas não ao ponto de considera-las um corpo teórico único (MESSARI; NOGUEIRA. p.170).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado no início, o objetivo proposto nesse trabalho era construir linhas transversais histórico-teóricas que salientassem os pontos de contato e de conversação entre as historiografias francesa e inglesa das relações internacionais e a teoria construtivista. Por meio das leituras realizadas, pode-se perceber que assim como a teoria construtivista não se constitui como uma corrente intelectual homogênea, as referidas historiografias, apesar de alinharem-se por um fio condutor a suas respectivas tradições – entendidas aqui como sendo as produções iniciais concebidas por seus autores clássicos –, também sofrem modificações ao longo do tempo. Essas dessemelhanças percebidas tanto pelas diferenças epistemológicas entre os autores, no caso do construtivismo, quanto pelo distanciamento temporal, que traz certa distinção entre as produções clássicas e as contemporâneas nas historiografias, poderiam ser vistas como obstáculos para a análise proposta. No entanto, um olhar mais sistêmico sobre essas correntes intelectuais mostrou que, mesmo com esses contornos, é possível traçar certas conexões.

O diálogo entre teoria e história foi retomado com o intuito de contextualizar a temática abordada. A relação de complementaridade entre as áreas, reafirmada por muitos autores, ajuda a entender as “pontes de diálogo”, uma vez que a história pode ser considerada a base de toda teoria, bem como as abstrações teóricas, auxiliar na formulação dos conceitos históricos. Vale lembrar que na historiografia, a história adquire uma importância em “si mesma”, ou seja, não se resume um elemento de suporte para os teóricos e visa à reconstrução científica da história.

Com relação às epistemologias empregadas, notou-se que tanto as historiografias francesa e inglesa, como a teoria construtivista, utilizam do método histórico para fundamentar suas análises. As teorias formuladas pelas três correntes buscam mais a interpretação e o entendimento dos fatos, do que propriamente sua explicação e não reivindicam um caráter preditivo.

Acerca de suas ontologias, as historiografias francesa e inglesa trabalharam com alguns temas que, posteriormente, retornariam ao debate com a proposta construtivista. O foco nas ideias, nos valores compartilhados, nas crenças intersubjetivas e a ênfase no viés societário são comuns às três tradições. Ao reforçar a importância do campo das ideias e das percepções como mola propulsora das ações no cenário internacional (“forças profundas”), como base para formulação das normas e do direito internacional (escola inglesa), e como foco de análise prioritário, que antecede as ações materiais (construtivismo), as correntes intelectuais admitem o caráter de mutabilidade intrínseco ao sistema internacional. Além disso, tanto os autores clássicos das tradições historiográficas, quanto os construtivistas, mesmo considerando o papel da sociedade internacional, centraram suas análises prioritariamente nos Estados.

Portanto, verifica-se que, apesar de muito se falar dos diálogos firmados entre a escola inglesa e a teoria construtivista – que conforme mostrado nesse ensaio, procedem – é possível estabelecer também uma “interface” entre essa teoria e a por ora “isolada” historiografia francesa.

REFERÊNCIAS

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise (1919-1939)**. Brasília e São Paulo: Ed. UnB, Imprensa Oficial de São Paulo e IPRI, 2001.

Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Arminda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000

www.usc.br

DEVLEN, Balkan; JAMES, Patrick; ÖZDAMAR, Özgür. The English School, International Relations, and Progress. **International Studies Review**, v. 7, n. 2, p. 171-197, jun. 2015. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/3699645>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

DUNNE, Tim. **Interventing international society: a history of English school**. London: Macmillan, 1989.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Teoria das relações internacionais. Brasília: Ed. UnB, 2000.

EPP, Roger. The English school on the frontiers of international society: a hermeneutic recollection. In: DUNNE, Tim; BOOTH, Ken; COX, Michael (Ed.). **The Eighty Years Crisis 1919-1999**. Port Chester: Cambridge University Press, 1998.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. Taking stock: the constructivist research program in International Relations and Comparative Politics. **Annual Review Political Science**, 4: 391-416, 2001.

FRANK, Robert (dir.). **Pour l'histoire des relations internationales**. Paris: PUF, 2012.

GADDIS, John Lewis. History, science, and the study of International Relations. In: WOODS, Ngaire. **Explaining international relations since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KNUTSEN, Torbjorn. **A history of international relations theory**. Manchester & New York: Manchester University Press, 1997.

LEVY, Jack S. Explaining Events and developing theories: history, political science, and analyses of International Relations. In: ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam F. **Bridges and Boundaries**: historians, political scientists and the study of international relations. Cambridge (MA): MIT Press, 2001.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

RENOUVIN, Pierre. Introduction générale. In: RENOUVIN, Pierre (org.). **Histoire des relations internationales**. Volume I: *Du Moyen Âge à 1789*. VI ed. Paris: Hachette, 1953.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Uma introdução à História de Relações Internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed.) **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21th Century: National and Regional Approaches**. Brasília: IBRI, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra; René Girault: em memória. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília- DF, vol. 42, n. 2, p.171-173, Dez. 1999.

_____. Revisitando a Escola Inglesa. **Revista Brasileira de Relações Internacionais**. 49 (1), p. 131-138, 2006.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, IPRI; São

WOODS, Ngaire. The uses of theory in the study of International Relations. In: WOODS, Ngaire. **Explaining international relations since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1996.